

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.600.863 - SP (2019/0306134-6)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : J.ALMEIDA CONFECÇOES DE CALCADOS EIRELI
ADVOGADOS : LAERCIO BENKO LOPES - SP139012
LUDMILLA GENTILEZZA - SP156750
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : MARCIO YUKIO SANTANA KAZIURA - SP153334

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **J. Almeida Confecções de Calçados Eireli**, desafiando decisão da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, por força do art. 543-C, § 7º, do CPC/73 (1.030, I, *b*, e II, do CPC/2015), negou seguimento ao recurso especial no tocante à possibilidade de protesto da CDA, frente ao que decidido pelo STJ no **REsp nº 1.686.659/SP** (Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/11/2018, DJe 11/03/2019 - **Tema 777**), inadmitindo, ademais, o apelo raro quanto aos demais pontos, mediante os seguintes fundamentos: (I) o recurso especial não impugnou fundamento basilar que ampara o acórdão recorrido; (II) não ocorrência de violação aos dispositivos invocados como malferidos nas razões de recurso especial; e (III) incidência da Súmula 7/STJ, tendo em vista a necessidade de reexame do contexto fático-probatório dos autos.

O ora agravante sustenta, em síntese, que *"há de se considerar que a matéria versada neste Apelo Especial merece enfrentamento, de forma explícita, o que caracteriza o pré-questionamento viabilizador da Instância Especial, visto que a legislação processual tributária em seu artigo 170 e o artigo 78 da ADCT não foram apreciados. Portanto, trata-se aqui de cerceamento ao direito do recorrente de ter o caso apreciado pela última instância."* (fl.380).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

De início, no tocante à possibilidade de protesto da CDA, impossível conhecer do agravo em recurso especial, porquanto a Presidência da Corte Estadual negou seguimento ao apelo raro observando o rito previsto no art. 543-C, §7º, I, do CPC/73 (1.030, I, *b*, e II, do CPC/2015).

Superior Tribunal de Justiça

No que remanesce, verifica-se que o inconformismo nem sequer ultrapassa a barreira do conhecimento, pois não foram impugnados todos os motivos adotados pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao apelo especial, a saber, a incidência das Súmulas 7/STJ e 283/STF.

Logo, considerando que a agravante não rebateu, de modo específico, os fundamentos adotados pela decisão recorrida para negar trânsito ao apelo especial, incide, desse modo, por analogia, a Súmula 182/STJ (*"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão recorrida."*).

Por fim, registre-se que essa foi a linha de entendimento recentemente confirmada pela Corte Especial do STJ, na assentada de 19 de setembro de 2018, ao julgar o **EAREsp 701.404/SC** e o **EAREsp 831.326/SP** (Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2018, DJe 30/11/2018), na qual se reforçou a compreensão de que o recorrente deve **impugnar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada**, sob pena de não conhecimento do agravo, por aplicação da **Súmula 182**.

ANTE O EXPOSTO, não conheço do agravo.

Publique-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Sérgio Kukina, Relator